

Dossiê século 21

Além da unificação dos mercados: uma comunidade global de cooperação e conhecimento compartilhado para a segurança e o desenvolvimento (Algumas reflexões pessoais)*

Rubens Ricupero

Secretário-Geral da UNCTAD

Há formas mais adequadas de se terminar um século (aliás, um milênio) do que com uma guerra conjugada a uma grave crise econômica, em meio a surtos de pânico por falta de alimentos. Ao contrário da previsão poética, nosso mundo termina com uma explosão, e não com um lamúrio.

Guerras, crises e surtos de pânico por falta de alimentos possuem um efeito comum: produzem medo, ansiedade, insegurança. Assim o fazem não apenas causando dor real, mas também ameaçando privar-nos da possibilidade de ter qualquer espécie de futuro. E como vivemos quase tanto para o futuro quanto para o presente, planejando constantemente o que faremos a seguir, é difícil contemplar a vida sem a perspectiva de um futuro melhor.

Mas a vida só tem sentido se, no presente como no futuro, pudermos preencher as duas necessidades mais fundamentais dos seres humanos: segurança e afeto.

Estados, governos e organizações internacionais foram criados originalmente com o objetivo central de prover segurança. Estarão eles ainda fazendo seu trabalho neste mundo em revolução?

Até há alguns anos, a maior ameaça à segurança vinha da agressão externa, guerra entre Estados. Graças a uma variedade de fatores, incluindo sorte, e, numa pequena medida, a ajuda de organizações internacionais como as

*Texto de apresentação do Relatório da IX Sessão da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – IX UNCTAD, em inglês: *Beyond the unification of markets: a global community of cooperation and shared knowledge for security and development*, reproduzido em função da importância de seu conteúdo, a partir do sítio: www.unctad.org. A tradução é de Pedro Amaral.

Nações Unidas, logramos evitar a “Destruição Mutuamente Assegurada” (Mutually Assured Destruction/MAD). Assim, a Guerra-fria, o “equilíbrio do terror”, a divisão bipolar do mundo, da Europa, da Alemanha, de Berlim e do Vietnã, o confronto ideológico e o comunismo totalitário agora ficaram para trás. Não foi uma pequena proeza, e devemos nos sentir gratos por isso.

No entanto, mal havíamos virado a página da ameaça da aniquilação nuclear, tivemos que nos defrontar com outro modo brutal de destruição e crueldade: guerras civis, limpeza étnica e genocídio – no Camboja, na África, na Bósnia, e agora em Kosovo. Nem a ONU nem as organizações regionais ou alianças militares como a OTAN foram projetadas para lidar com a prevalência de guerras intra-Estados. – É, pois, de estranhar que elas tenham sido incapazes de impedir a irrupção de tais conflitos e tenham lidado com eles de um modo bastante ambíguo após a violência haver-se iniciado?

O trágico paradoxo da guerra de Kosovo – uma guerra em que os erros civis tornaram-se a regra, não a exceção, e em que os civis foram praticamente as únicas vítimas - realça algo que está na raiz do atual estado de confusão e perplexidade. Em síntese, fazer escolhas bem definidas entre a afirmação e a negação de valores está se tornando cada vez mais difícil. As opções disponíveis são mais do tipo que envolve problemáticas trocas entre valores igualmente importantes.

O debate público nos países-membros da OTAN sobre Kosovo enfocou não os fins – afinal, todos concordaram que era preciso deter a limpeza étnica -, mas os meios. Teria sido possível conciliar o sagrado valor das vidas dos próprios soldados com as vidas igualmente preciosas de civis estrangeiros? Poderiam as massivas violações dos direitos humanos haver sido combatidas dentro e não fora da moldura das Nações Unidas? E poderiam as razões invocadas para a intervenção em Kosovo ser também aplicadas em situações similares em outros países, longe dos padrões europeus e do foco das câmeras de TV?

Levantar estas questões não é desabonar as decisões recentes: trata-se simplesmente de procurar mostrar que, mesmo entre os países envolvidos na campanha de Kosovo, a margem de escolha mostrou-se às vezes limitada, imperfeita, seletiva. Tampouco deveria este questionamento servir de alibi para a inação e a paralisia: em situações extremas como a de Kosovo, deve-se sempre dar prioridade às vidas humanas. O exemplo a ser evitado é o de Ruanda, onde estima-se que um milhão de pessoas tenham sido mortas enquanto o mundo inteiro olhava em outras direções.

Onde quer que certos valores sejam mantidos à custa de outros valores, a ação, mesmo quando urgente e necessária, não pode evitar um debate acirrado. Um tal debate deixa, ao findar-se, uma sensação de

ambigüidade e confusão: uma fonte, em si mesma, de muito do mal-estar contemporâneo.

A tecnologia – ou seja, o conhecimento aplicado – parece perto de tornar realidade o velho sonho humano da invulnerabilidade, a capacidade de fazer guerra sem sofrer perdas. Talvez pareça contraditório que um tal desenvolvimento aparentemente bem-vindo possa acabar criando um desequilíbrio real ou aparente no cálculo custo/benefício da guerra, o qual poderia passar a pender, de algum modo, em favor do segundo elemento. Este é um caso em que o conhecimento claramente aumenta o poder. Mas que efeito terá esse desenvolvimento na percepção de segurança daqueles que não possuem a tecnologia relevante? A melhor garantia contra um aumento na insegurança destes seria se esses avanços das técnicas de guerra servissem para reforçar, e não para solapar o conceito de segurança coletiva; isto é, esses avanços deveriam ser postos decisivamente a serviço da segurança e da legalidade internacional. Fazer isso requer um melhor mecanismo de tomada de decisão, que seja menos propenso a gerar paralisia ao estilo da Guerra Fria e que seja mais capaz de solucionar o dilema demasiadamente freqüente entre agir de maneira decisiva, ainda que sacrificando certos valores, ou preservar certos valores, à custa de inação em face da violação de valores mais altos.

Somente um mecanismo democrático e efetivo desse tipo poderia esperar conquistar o apoio daqueles que detêm os meios de ação e o consentimento da maioria, conferindo, pois, legitimidade incontestada a um poder que representaria uma convergência de aspirações e valores muito maior do que é atualmente o caso. É por isso que o mundo não pode prescindir da Organização das Nações Unidas, a principal fonte de legitimidade no sistema internacional e o único fórum verdadeiramente universal onde esse indispensável processo de geração de consenso pode ser levado a cabo.

A relação do Homem com o meio-ambiente apresenta a mesma relação causal de conhecimento tecnológico gerando poder (neste caso, sobre a natureza), razão pela qual o poder paradoxalmente gera *meno* e não *mais* segurança. As forças que desencadearam dois séculos de expansão industrial e aumentos de riqueza e bem-estar sem paralelos, são as mesmas que hoje ameaçam a atmosfera, o clima, os oceanos, as florestas e, mais recentemente, os segredos íntimos da vida mesma.

Quando Emmanuel Mounier escreveu *La grande peur du vingtième siècle*, tinha em mente a aniquilação nuclear. Os grandes medos são agora acidentes nucleares como o de Chernobyl, os derramamentos de óleo, a poluição dos oceanos, a destruição da camada de ozônio, o aquecimento global, o desaparecimento de florestas e a extinção de espécies. Muito de nossa velha – e de

certo modo ingênua – crença nas virtudes da ciência e da tecnologia foi destruído. Surge, ao contrário, a percepção de que cientistas e membros de governo seriam com toda probabilidade diretamente responsáveis por (ou comprovadamente ligados a) grandes negócios, e incapacitados de evitar problemas contemporâneos como a “doença da vaca louca” (a disputa transatlântica sobre carne de gado recheada de hormônios), temores acerca de alimentos geneticamente modificados ou o fracasso na busca da cura da Aids.

O que liga muitos desses assuntos aparentemente disparatados é um temor geralmente indefinido, em todo caso palpável, da parte de muitas pessoas sensatas – tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento –, de que forças impessoais além de seu controle e sem subordinação a quem quer que seja – burocracias distantes, gigantescas corporações multinacionais, organizações internacionais que se reúnem a portas fechadas – estão assumindo o controle de suas vidas. A reação é humana e compreensível. Mas compreender, e mesmo compartilhar as preocupações daqueles que desejam restaurar a relação fraturada entre a humanidade e a natureza não ajuda a assegurar as duras escolhas que precisam ser feitas. Deveríamos clamar por uma interrupção do crescimento econômico, mesmo o daqueles que ficaram para trás em termos de desenvolvimento e que ainda sofrem de escassez de produção, para recuperar um meio ambiente posto em perigo pela produção e o consumo exagerados de outros? Deveria o princípio da precaução ser razão suficiente para renunciarmos à promessa da engenharia genética para a cura de doenças ou a revolução da agricultura?

Se dirigirmos nosso olhar para a economia, o panorama de insegurança generalizada não é diferente do que encontramos em outras áreas. O século está chegando ao fim sem que haja solução para dois problemas de suma importância: desemprego em massa e desigualdade crescente. Nenhum sistema de organização da produção foi jamais capaz de prover um emprego produtivo para todo homem e toda mulher que quisesse trabalho. As disparidades na distribuição de riqueza e renda são hoje crescentes, intra e entre nações. De acordo com um estudo recente de Raymond W. Baker e Jennifer Nordin, “... *podemos esperar iniciar o próximo século com uma disparidade de renda entre o topo e a base de, talvez, 150 para 1, se é que já não a atingimos?*”.

Revertendo uma tendência consolidada após a Revolução Industrial, emprego garantido por toda a vida tornou-se coisa do passado. Empregos são cada vez mais escassos e precários. E precariedade é o oposto de segurança.

² Raymond W. Baker e Jennifer Nordin, “A 150-to-1 Ratio is far too lopsided for comfort”, *International Herald Tribune*, 5/02/1999, Página de editoriais/opinião.

Como um membro da Organização Internacional do Trabalho (OIT) recentemente definiu, o mundo está de cabeça para baixo: enquanto adultos não conseguem emprego e precisam voltar à escola para tentar tornar-se “empregáveis” novamente, crianças que deveriam estar na escola estão sendo postas para trabalhar.

Nas áreas pobres do mundo, ou seja, na maior parte do planeta, a própria possibilidade de desenvolvimento sustentável foi posta em xeque pela crise econômica que iniciou-se na Ásia há dois anos. Esta, a quinta crise monetária e financeira dos últimos vinte anos, de fato merece ser chamada de “crise de desenvolvimento”, por três razões fundamentais. Primeiro, ela atingiu quase exclusivamente a maior parte dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo poupando e até mesmo beneficiando as economias industriais através da queda dos preços das matérias-primas, das fugas de capitais e das importações de manufaturas baratas, em função das desvalorizações monetárias. Segundo, e paradoxalmente, ela foi muito mais destrutiva nas mais avançadas dentre as nações em desenvolvimento, levantando sérias dúvidas sobre se o desenvolvimento é um processo que reduz a vulnerabilidade das economias aos choques externos, como por muito tempo se presumiu. E terceiro, gerou incertezas e questionamentos a respeito da possibilidade de se retomar, uma vez terminada a crise, os níveis de desempenho econômico que constituíram a única demonstração convincente até o momento da possibilidade de desenvolvimento por várias décadas, ou seja, a experiência daquele grupo de países outrora chamados de “Tigres Asiáticos”.

Milhões de pessoas perderam seus empregos nos países afetados; trinta anos de progresso no combate à pobreza foram varridos em questão de semanas; e a angústia, o desespero, a insegurança e, em alguns casos, a desintegração política e a violência retornaram com força. Pela primeira vez em muitos anos, em 1998 e 1999 o crescimento econômico nos países ricos foi significativamente maior do que nos países pobres, alargando ao invés de estreitar o fosso entre os dois grupos.

Contrastes no impacto das crises, resultantes de diferenças de poder e conhecimento, ressurgiram na economia, bem como em áreas de segurança política e ambiental. As desvalorizações monetárias no Reino Unido ou na Itália no início dos anos 90 não detonaram uma implosão financeira ou uma debandada de investidores, como ocorreu na Tailândia ou na República da Coreia em 1997. Isto se deu, perguntamos, por que as duas economias industriais européias detinham maior poder econômico, melhores “fundamentos” ou mais técnicas e conhecimentos a respeito de como regular e supervisionar mercados financeiros?

Na esfera da tomada de decisões econômicas, em termos de valores humanos, as opções disponíveis não são mais satisfatórias que as escolhas práticas em outros campos. Deveríamos sacrificar definitivamente o pleno emprego e pedir às pessoas que aceitem a precariedade como uma condição “normal”, como o preço a pagar pela flexibilização do mercado de trabalho, no processo – oxalá – de gerar mais empregos? É necessário, para se alcançar tal objetivo, reduzir os custos trabalhistas ao ponto de se multiplicar o número de trabalhadores pobres, com o conseqüente aumento da miséria e da desigualdade extrema? Estão os países em desenvolvimento condenados a subordinar sua prioridade de crescimento aos caprichos dos voláteis mercados financeiros?

No artigo citado Baker e Nordin escrevem: *“Não se pode esperar que um mundo interligado por transportes e comunicação de baixo custo, particularmente televisão, telefones celulares e Internet, permaneça compatível com uma desigualdade de renda entre os principais segmentos da ordem de 150 para 1. Um bilhão de pessoas vivendo em pobreza extrema ao lado de um bilhão em esplendor crescente não é um cenário sustentável... Uma disparidade global astronômica de 150 para 1 é repleta de riscos tanto para os ricos quanto para os pobres.”*

Em termos dramáticos, Sadako Ogata, que em sua condição de Alta Comissária das Nações Unidas para Refugiados conhece melhor que a maioria a tragédia humana, recorda-nos em um discurso no Museu do Holocausto, que “não haverá globalização até que acabemos com os genocídios”.

A mensagem é mais do que clara: primeiro, não há rígidas fronteiras separando as dimensões interconexas da segurança, sejam elas de natureza política, econômica ou ambiental; segundo, a globalização não pode se restringir ao âmbito da economia.

Era isto o que o presidente Franklin D. Roosevelt tinha em mente quando, há mais de cinquenta anos, declarou que todos os seres humanos deveriam ser livres do medo e livres da necessidade. Isto é, ainda, a base para a integridade fundamental dos direitos humanos: direitos políticos, econômicos, culturais e o direito ao desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a universalidade de alguns valores fundamentais requer e impõe uma responsabilidade compartilhada por todos nós, ricos e pobres. Isto é certamente verdadeiro para os direitos humanos e para o meio ambiente global. Mas como se pode esperar que os pobres compartilhem responsabilidade em tais áreas se os ricos não dão sinais da mesma solidariedade no combate à pobreza e ao subdesenvolvimento? A redução dramática e indefensável de auxílio oficial ao desenvolvimento é um sinal profundamente perturbador de uma tendência que poderia erodir a base moral da validade

universal de valores fundamentais. Só pode haver uma base para essa última: a unidade básica da espécie humana. A crença neste conceito precisa, no entanto, encontrar expressão em feitos, e não apenas em palavras.

Quando Sadako Ogata diz que a globalização não pode coexistir com o genocídio, ela está apenas afirmando que, para justificar seu nome, a globalização deve incluir, e não excluir, deve integrar, e não marginalizar, deve criar uma vida que seja rica em toda a sua diversidade, e não gerar a uniformidade da pobreza e morte.

Suas palavras têm ainda outra dimensão, a qual merece destaque. Ela sugere, e eu concordo, que a globalização não é um produto histórico acabado, um *fait accompli* imposto a nós por forças além de nosso controle, imutável como os sistemas celestes. É, ao contrário, um trabalho em curso, uma *opera aperta*, um processo no qual somos, ao mesmo tempo, atores e sujeitos. A globalização em suas várias manifestações está ainda em seus estágios iniciais. Faz apenas dez anos que o Muro de Berlim caiu, seguido da desintegração da União Soviética e do comunismo na Europa; um terremoto político e social que pôs fim à heterogeneidade ideológica e criou as condições para a convergência de idéias e valores que hoje caracteriza a globalização.

Como afirma Stephen Commins: “... enquanto alguns... escrevem como se a globalização fosse um conjunto de relações e sistemas completo ou quase acabado, ela é, em sua forma atual, um período de transição que se estenderá por 15 a 25 anos no mínimo³.” Algumas relações emergentes podem solapar ao invés de fortalecer a segurança. Além disso, algumas das abordagens simplistas da globalização aventadas por seus fãs e seus críticos ignoram muitas das nuances e sutilezas dentro e entre sociedades diferentes. *Falta, muitas vezes, uma moldura mais inclusiva, compreendendo questões populacionais e ambientais, a emergência de novos papéis para as mulheres, novas formas de violência e conflito, e os problemas mais profundos de uma abordagem mercadológica estreita*, escreve Commins. Ele argumenta, no entanto, que “O fato de as transformações ora em curso estarem em seus estágios iniciais significa que há uma janela de oportunidades para se moldar políticas e instituições globais para não menos que daqui a 10 ou 12 anos”. Uma tal oportunidade deve ser agarrada com ambas as mãos por todos os homens e mulheres de boa vontade, de fé na promessa de um futuro melhor, de força e energia.

Para os países em desenvolvimento, que se esforçam para lidar com esses penosos encargos, o desafio é claro, ainda que não seja simples. Mais que harmonizar-se com a necessidade de se adaptarem a um sistema global supostamente imutável, eles devem lutar para adequar esse sistema a suas

³Stephen Commins, “Globalization and Foundations for Human Security”, World Vision’s discussion papers, *World Vision International*, número 8, primavera de 1999, páginas 20-28.

próprias necessidades de desenvolvimento, em seu próprio ritmo e de acordo com suas próprias capacidades e fraquezas. Necessariamente esse processo deve ser acompanhado pelo esforço para se integrarem de modo bem sucedido a um sistema econômico transformado e mais aberto.

Para a UNCTAD, as implicações são claras. Seu papel deve ir além do esforço de compreender e interpretar a globalização; ela precisa fazer sua parte para assegurar que essa mudança não seja para seu próprio bem, mas para o melhor. A missão da UNCTAD é não apenas promover uma integração sem limites ou restrições dos países em desenvolvimento à economia mundial e ao sistema de comércio. Na verdade, ao contrário do que em geral se ouve, não é a quantidade e a velocidade da integração internacional que contam, mas sua qualidade. Existe, de fato, o que se pode chamar de integração demasiada e demasiado rápida, do pior tipo.

Tomemos meu próprio país, o Brasil, como um exemplo. Por cerca de 350 anos, entre 1530 e 1890, ele esteve perfeitamente integrado ao sistema de comércio e à economia mundial. Durante esse tempo, exportou praticamente todas as suas safras de açúcar e café. O comércio exterior respondia por uma enorme parcela de sua economia. Porém, isso se dava através da combinação do sistema de *plantation* (latifúndios) e escravidão; ou seja, um sistema que concentrava tremendamente a riqueza (terra) e a renda nas mãos de alguns poucos (os escravos, claro, eram mantidos em níveis de mera subsistência).

Uma tal combinação só poderia ter sido criada e mantida por tanto tempo em função do perverso mecanismo que a conectava a mercados externos (nos estados do norte dos EUA, ao contrário, a escravidão jamais se estabeleceu porque inexisteriam as condições ecológicas para a exportação de safras baseada em *plantations*). No caso brasileiro, portanto, a plena integração aos mercados internacionais resultou em desintegração interna. O que poderia haver de mais adverso à coesão interna do que uma sociedade dividida entre senhores e escravos? É fácil pensar em outros países latino-americanos que foram muito menos integrados internacionalmente e que portanto emergiram do período colonial numa condição econômica mais modesta, porém com um melhor equilíbrio social.

Do mesmo modo, hoje não é difícil identificar países que sofrem de uma superdependência, seja de capital ou finanças externas, seja de algumas matérias-primas, ou de uma quantidade desproporcional de investimento direto estrangeiro concentrado num setor-chave.

Em suma, o que deveríamos buscar é a integração virtuosa dos países em desenvolvimento a um sistema global mais receptivo, que os ajude a crescer de um modo constante e socialmente harmonioso, aumentando a poupança

doméstica e a produtividade, diversificando suas capacidades suplementares, evoluindo cada vez mais na cadeia de valor agregado e incorporando tecnologia.

Não se pode negar que uma nova ordem esteja gradualmente tomando forma. Seus contornos precisos não podem ainda ser determinados. Mas, em alguns casos, ela está indo claramente na direção errada: agravando a desigualdade, gerando precariedade e insegurança, e encurtando a margem de flexibilidade ou a capacidade de ação de países e governos. Ao invés de nos curvamos passivamente a esses desenvolvimentos, temos que retificar o que andou errado, para assegurar que as mudanças não se dêem de maneira caótica ou injusta. Esse esforço é a continuação – de um modo diferente, e em outros tempos – da tarefa inconclusa de construir uma ordem internacional mais equânime através das principais conferências da ONU de outros fóruns.

Isso é um pouco similar – exceto pela presunção – à atitude de Afonso o Sábio, Rei de Castela, quando disse que, se ele houvesse estado presente à criação do universo, teria dado algumas dicas úteis sobre como ordená-lo melhor.

Uma vez já em mudança, a questão não é, pois, se o sistema internacional pode mudar, mas que sentido, direção e qualidade devem ser conferidos à transformação. Dito de um modo mais direto: em que tipo de mundo queremos viver? Eu sugeriria, como resposta, que a verdadeira globalização é muito mais que a redução de barreiras e a unificação dos mercados para comércio, investimentos e finanças. Não é sinônimo de liberalização, embora recorra a essa ferramenta política em muitos casos.

Cabe notar que até o momento a globalização tem sido de certo modo seletiva no que tange à liberalização. Países têm sido pressionados para liberalizar comércio, investimento e fluxos financeiros. Mas esse zelo liberalizante tem estado ausente quando se trata de produtos de interesse de países em desenvolvimento e mobilidade de mão-de-bra, de imigração em geral, ou de promover acesso irrestrito ao conhecimento.

Uma verdadeira globalização deveria aspirar à unificação do espaço planetário à comunicação, ao intercâmbio e à cooperação entre povos, culturas e civilizações; não de um modo abstrato, mas através de seres humanos que incorporam e dão vida a esses conceitos. Só assim será possível explorar plenamente o potencial desse fenômeno que distingue a globalização: a revolução na eletrônica e nas telecomunicações, a transformação de tempo e espaço. O que essas forças têm em comum é o poder de colocar as pessoas em contato umas com as outras, de superar, enfim, o isolamento e tornar a conversação, a interação, o comércio e outras transações muito mais fáceis,

rápidas e baratas. Fazer bom uso das telecomunicações não significa apenas facilitar a troca de mercadorias. Deve significar o intercâmbio de valores, crenças e emoções. As telecomunicações devem facilitar o diálogo, não o conflito de civilizações. Nada melhor simboliza esta condição do que os milhões de pessoas de diferentes culturas e nacionalidades em crescente expansão, conectadas em todo mundo pelo meio comum da Internet.

O processo tecnológico que impulsiona a globalização – a transmissão quase instantânea de massivo volume de informação a preços rapidamente declinantes – chegou a ser comparado à invenção de Gutenberg, que podemos chamar de “a primeira revolução na informação” por seu profundo impacto na vida das pessoas.

Parte desse impacto consiste no estímulo dado pela tecnologia à proeminência já alcançada pelo mercado, uma vez que, apesar de suas imperfeições, os mercados são geralmente muito superiores às burocracias no processamento de grandes quantidades de informação através de mecanismos de preço. Embora não possam ser o juiz supremo da segurança, dos direitos humanos, da qualidade do meio ambiente, dos índices de erradicação da pobreza, ou ainda da equidade ou dos muitos outros valores que transcendem estatísticas frias e preços, os mercados são certamente mais eficientes na promoção do crescimento econômico. Numa era de informação, a capacidade de usar a informação – isto é, o conhecimento – de um modo mais efetivo, torna-se pois o segredo para o sucesso econômico na praça do comércio; com efeito, essa ferramenta estratégica – uma alavanca para a expansão da capacidade e do alcance – pode ser mais importante até do que capital, mão-de-obra barata e recursos naturais.

Há duas categorias relevantes de conhecimento a esse respeito. Uma é a do conhecimento técnico e econômico que torna possível controlar sofisticados processos de produção de bens e serviços e comercializá-los lucrativamente. A outra, em certa medida impalpável ainda, consiste em conhecimento político, social e cultural, ou seja, a capacidade de gerir sistemas sociais cada vez mais complexos de modo a garantir coerência e sinergia em meio à interação de uma multiplicidade de elementos.

É este o tipo de conhecimento que as pessoas costumam ter em mente quando discutem a atual economia de conhecimento intensivo. À medida que o conhecimento se torna um fator mais decisivo, uma matéria-prima mais indispensável, sua aquisição torna o desenvolvimento mais do que nunca um processo de aprendizagem contínuo e ininterrupto.

Isso tem importantes implicações para a competição, a qual não pode mais ser considerada como um jogo econômico que requer apenas regras claras

e um árbitro imparcial. Um terceiro elemento faz-se indispensável, qual seja, preparo adequado para aprender a competir. Ninguém consideraria razoável ou justo esperar que um estudante de primeiro grau fosse bem-sucedido competindo com alguém formado em Harvard ou na Sorbonne; mas na arena do comércio mundial é isto, na verdade, o que as pessoas esperam de muitas nações em desenvolvimento.

No mínimo dos mínimos, será necessário prover todo e qualquer iniciante de uma mesma oportunidade de aprender a jogar o jogo, com um tempo de treinamento durante o qual o novato não seja esmagado pelos veteranos. Mesmo um campo de jogo relativamente plano pode não ser suficiente, quando a desigualdade e a pobreza são tais, que países e indivíduos partem de níveis tremendamente disparatados.

Como escreveu o historiador britânico R. H. Tawney: “... *oportunidades de crescimento não são um substituto para uma grande medida de equidade prática de renda e condição social. A existência de tais oportunidades... depende não apenas de um caminho aberto mas de um ponto de partida igual*”⁴. No ensaio de Roy Hattersley publicado no *New Statesman*, onde encontrei a citação acima, o autor comenta que 130 anos após William Gladstone haver removido as barreiras institucionais a nomeações para o serviço público e postos militares no Reino Unido, as mesmas classes ainda conseguem a maior parte das vagas!

É por reconhecerem que, “*numa sociedade desigual, as famílias abaixo da linha da pobreza estão fadadas a permanecer pobres tanto em termos absolutos como em termos relativos*”, que alguns países recorreram à ação afirmativa, leis de oportunidades iguais e outras medidas pró-ativas para corrigir de saída as disparidades gritantes. O mesmo raciocínio, eu sugeriria, é válido em termos de necessidade contínua de “tratamento especial e diferencial” para os países em desenvolvimento, redefinidos de um modo mais concreto e atualizado.

Uma dimensão que freqüentemente permanece ausente desse debate é a relação ativamente recíproca entre conhecimento e poder, um alimentando o outro e sendo fortalecido em troca (quatro séculos atrás, Francis Bacon disse que “*conhecimento em si mesmo é poder*”). Isso explica porque o conhecimento é protegido pelo poder político e econômico, uma tendência que tem sido significativamente fortalecida em recentes negociações multilaterais.

Ninguém nega que inventores e inovadores devam ser adequadamente recompensados. Mas é de se perguntar se o pêndulo não terá ido longe demais nessa direção, quando autoridades antitrustes dos principais países industrializados precisam intervir cada vez com mais freqüência para impedir a formação

⁴ “Meritocracy doesn’t work”, *The New Statesman Essay – Up and down the social ladder*, 1999.

de cartéis de drogas farmacêuticas e o estabelecimento de posições dominantes na indústria de *software* na Internet, e quando um respeitado historiador econômico, Prof. John Galambos, da John Hopkins University, declara como fato consumado que “*oligopólios globais são tão inevitáveis quanto o nascer do sol*”⁵. Que tipo de proteção efetiva pode ser oferecida aos consumidores dos países em desenvolvimento, quando leis e instituições de concorrência são totalmente inexistentes ou sofrem de fraqueza estrutural?

Seria ingênuo pensar que problemas relativos ao conhecimento serão resolvidos através apenas da construção de escolas ou da instalação de computadores em salas de aula. É preciso ainda garantir que, enquanto barreiras comerciais e outras vêm abaixo, nenhuma nova barreira irrazoável seja erguida em áreas como bancos de dados ou modificação genética de organismos vivos. Desde que a agricultura foi inventada, há cerca de 12 mil anos, no Oriente Médio, sementes e animais domésticos sempre circularam livremente de um país e de uma civilização para a outra, tornando-se, pois, o que uma exposição no Museu de História Nacional de Washington chamou de “as sementes da mudança”.

Essas sementes eram muitas vezes tomadas dos ameríndios e outros povos vencidos, como foi o caso do milho, da batata, do tomate e do cacau. “*Whatever we inherit from the fortunate / We have taken from the defeated*”⁶, são versos que vêm à mente com força de verdade. A dívida de um povo era usualmente cancelada por um presente daquele povo para outros povos, em um espontâneo dar-e-receber, um balanço de retiradas e contribuições para um fundo comum. É sensato ir agora na direção oposta, tornando tudo aberto à apropriação privada em nome do lucro?

No passado, o conhecimento era freqüentemente o fator que tornava a dominação e a opressão possíveis, como foi o caso na ascensão do Ocidente com a imposição de seu mando sobre povos da Ásia, da África e das Américas. “*History may be servitude, History may be freedom*”⁷. Porém, senão é para se repetir, se a história amanhã há de ser de liberdade, o conhecimento deve se tornar não um monopólio mas uma força acessível e libertadora. Só assim podemos realizar o desejo expresso por Norbert Wiener, o fundador da cibernética, quando disse: “Ser informado é ser livre.”

⁵ Citado em artigo de G. Pascal Zachary, “Let’s Play Oligopoly! It’s a Favorite Pursuit of Corporate Giants!”, *The Wall Street Journal*, 10/03/1990, página 1.

⁶ “O que quer que herdemos dos afortunados / Nós tomamos dos vencidos”. T.S. Eliot, “Little Gidding”, III, in *Four Quartets, The Complete Poems and Plays 1909-1950*, Harcourt, Brace World, INC, New York, 1971, página 143.

⁷ “A História pode ser servidão, a História pode ser liberdade”. Idem, ib, página 142.

Seria uma perversa ironia se o acesso ao conhecimento se tornasse cada vez mais restrito justamente num tempo em que a revolução nas telecomunicações está tornando muito mais fácil o fluxo físico de informação entre civilizações, fluxo que gerou muito do progresso intelectual da humanidade.

O tipo de conhecimento mais dramaticamente necessário, e a área na qual o progresso tem sido, infelizmente, no mínimo desigual, consiste na capacidade de gerir sistemas sociais cada vez mais complexos de modo a dar-lhes coerência e sentido. Essa capacidade é resultado de um processo gradual e cumulativo, de maturação e aprendizado através da experiência. Comparado a formas mais simples de conhecimento adquirido no curto ou no médio prazo, é – nas palavras de Fernand Braudel – um processo que se desenrola ao longo de tendências seculares, a *longue durée*. Esse tipo de conhecimento é o que geralmente nos vem à mente, no fundo, quando olhamos para sociedades avançadas que aprenderam não apenas como enriquecer, mas também como tornar-se mais estáveis política e economicamente, e democráticas, menos tendentes à violência, mais equilibradas socialmente, mais coesas e harmoniosas. Isso é um todo resultante da interação mutuamente benéfica de avanços em todos os campos – não apenas no campo do desempenho econômico –, fazendo da acumulação mais do que a mera soma das partes.

É mais fácil encontrar exemplos bem-sucedidos desse tipo no plano nacional do que no internacional, já que a complexidade naturalmente se acentua à medida que o campo se expande. Houve, de fato, algumas conquistas internacionais consideráveis. Os êxitos em evitar por mais de 50 anos uma repetição das guerras mundiais, da Grande Depressão ou do uso de armas atômicas são questões pelas quais temos razão para nos sentir gratos. No entanto, ainda há muito por fazer.

Como uma organização com base no conhecimento, que lida mais com florestas do que com árvores, que lida com o quadro geral da economia mundial, vista sob a perspectiva do desenvolvimento, a UNCTAD tem certamente o que dizer, e o que fazer, no que se refere à necessidade de dar coerência ao sistema econômico, pelo bem dos países em desenvolvimento. Em seguida à crise asiática, quando um colapso monetário e financeiro perturbou profundamente o comércio, por um breve momento a atenção da comunidade internacional voltou-se novamente para a necessidade de se promover um nível mínimo de coerência entre dinheiro e finança, de um lado, e comércio, do outro.

Ao contrário de previsões de que o impressionante crescimento comercial dos últimos anos poderia animar a economia global pelo resto da década, o que se deu foi o oposto. O desmoronamento financeiro foi responsável por um colapso no crescimento financeiro, de cerca de 10% em 1997 para apenas

3,7% em 1998. Essa queda abrupta foi causada por ajustes em balanços de contas correntes realizados da pior maneira possível, não através de um círculo virtuoso de expansão de exportações levando a um aumento das importações, e sim através de um círculo vicioso de restrição às importações gerando desaceleração nos volumes de exportação e redução nos preços das matérias-primas.

Não faltam outros exemplos de incoerência no sistema: basta pensar em desvalorizações competitivas que solaparam ao primeiro tremor monetário um equilíbrio entre países cuidadosa e dolorosamente alcançado no decorrer de anos de negociações tarifárias.

É ainda mais lamentável que, tão logo se tenha dissipado o medo de uma crise mundial, as pessoas tenham concordado com a realização de mudanças cosméticas e repetido os velhos e gastos chavões a respeito de como, em seu devido tempo, taxas de câmbio flutuantes iriam trazer uma suposta estabilidade para o sistema; isso, nada obstante o fato de que tem havido não só três décadas de constante volatilidade desde que essa política foi adotada, como também uma seqüência de crises cada vez mais intensas e destrutivas.

Falta de coerência não é um problema restrito aos aspectos monetários, financeiros e comerciais da economia mundial. A mesma dificuldade ressurge na relação entre programas de ajuste econômico, de um lado, e metas sociais ou ambientais relativos a combater a pobreza, a prover educação e saúde elementares, a oferecer uma rede de segurança para os desempregados e a proteger as florestas tropicais, de outro. Como se pode imaginar um pior exemplo de incoerência do que o caso da República da Tanzânia, que tem que gastar nove vezes mais com o serviço de sua dívida do que gasta em saúde (em que pese a epidemia de Aids), e quatro vezes mais do que em educação elementar, sacrificando, portanto, os investimentos em recursos humanos que condicionarão seu futuro, em troca do pagamento de sua dívida!⁸

Coerência consiste, pois, em produzir não apenas riqueza, como também sentido, solidariedade e realização humana. Sem isso, *‘Endless invention, endless experiment, // Brings knowledge of motion, but not of stillness; // Knowledge of speech, but not of silence; // Knowledge of words, and ignorance of the Word. // All our knowledge brings us nearer to death, // But nearness to death no nearer to God’*.⁹ Como T.S.Eliot

⁸ N. do T: A título ilustrativo: no Brasil, o Orçamento da União para o ano de 2000 prevê gastos de R\$ 150 bilhões com o serviço da dívida, e de R\$ 11 bilhões com investimentos, sendo estes ‘contingenciáveis’ pelo Ministério da Fazenda.

⁹ “Invenção sem fim, experimento sem fim, // Produzem conhecimento do movimento, mas não do repouso; // Conhecimento da fala, mas não do silêncio; // Conhecimento das palavras, mas não da Palavra. // Nosso conhecimento todo nos aproxima de nossa ignorância, // Nossa ignorância toda nos aproxima da morte, // Proximidade da morte, mas não de Deus.” T. S. Eliot, refrão de “The Rock”, in *The Complete Poems and Plays*, página 96.

interroganorefrãode“*TheRock*”: “*Where is the life we have lost in living? / / Where is the wisdom we have lost in knowledge? / / Where is the knowledge we have lost in information?*”¹⁰ ”

Na alvorada do segundo milênio, se quisermos evitar a terrível conclusão de Eliot, de que “*The cycles of Heaven in twenty centuries / / Bring us farther from God and nearer to the Dust*”¹¹”, precisamos voltar ao nosso ponto inicial: no mínimo, a segurança dos seres humanos em todas as dimensões da vida tem que ser assegurada.

Mas segurança não é o bastante: ninguém pode viver apenas de segurança e estabilidade. Essas apenas provêm os seres humanos com a possibilidade de ter um futuro. O sonho de que amanhã será melhor do que hoje e ontem. De que nossos filhos e seus filhos serão livres do medo e da necessidade, de que eles não apenas estarão seguros, mas que poderão preencher suas vidas com trabalho criativo e produtivo e com amor, afeto, solidariedade e cooperação. Esperar um tal futuro é outro nome para esperança.

Organizações internacionais (em primeiro lugar, dentre elas, a ONU), governos e sociedade civil organizada terão que construir estruturas flexíveis de diálogo, tomada de decisão e ação com o objetivo de criar razões válidas e dignas de crédito para a esperança. Em outras palavras, eles precisam dar às pessoas boas razões para seguir a senda do conhecimento virtuoso que Ulisses, na *Divina Comédia*, incita seus companheiros a buscar como o único ideal digno de seres humanos:

“*Considerate la vostra semenza:
Fatti non foste a viver come bruti
Ma per seguir virtute e conoscenza*”¹² ”

¹⁰ “Onde está a Vida que perdemos vivendo? / / Onde está o saber que perdemos no conhecimento? / / Onde, o conhecimento que perdemos na informação?” Idem, ib.

¹¹ “Os ciclos do Céu em vinte séculos / / Nos levam para longe de Deus e perto do Pó.” Idem, ib.

¹² “Considerai a vossa semente; / / Não fostes feitos para viver como brutos, / / Mas para perseguir virtude e conhecimento.” Dante, *A divina comédia*, “Inferno”, canto 26, versos 118-20.